

# REVISEA

REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Interculturalidade, racismo e justiça ambiental à luz da Educação Ambiental Crítica nas atas do EPEA 2001-2023**

**Interculturality, racism and environmental justice in the light of Critical Environmental Education in the EPEA minutes 2001-2023**

**Interculturalidad, racismo y justicia ambiental a la luz de la Educación Ambiental Crítica en las actas de la EPEA 2001-2023**

**Dieison Prestes da SILVEIRA<sup>1</sup>  
Leonir LORENZETTI<sup>2</sup>**

---

Submetido em: 17/07/2025

Aceito em: 18/07/2025

Publicado em: 30/09/2025

---

## RESUMO

A Educação Ambiental Crítica (EAC) permite um diálogo crítico com as questões que permeiam o meio socioambiental, fortalecendo as premissas de formação crítica na atualidade. A interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental são temáticas que carecem de debates, buscando romper com a lógica hegemônica vigente, por meio do debate e das trocas de saberes. À vista disso, o presente estudo tem o objetivo de analisar as pesquisas presentes no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), de 2001 até 2023, que discutem a interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental, apresentando articulação com a Educação Ambiental Crítica,

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação em Ciências e em Matemática (UFPR). Professor do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Estudos e Debates em Educação Ambiental Crítica (GEDEAC).

<sup>2</sup> Doutor em Educação Científica e Tecnológica (UFSC). Professor do Departamento de Química da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Científica e Tecnológica (GEPACT).



visando um (re)pensar as questões emergentes e que carecem de debates. A presente pesquisa, de natureza qualitativa, pauta-se em uma pesquisa de estado da arte mapeando um total de 999 trabalhos presentes nas atas do EPEA. Deste total, 99 apresentam no título e/ou palavras-chave os termos “Educação Ambiental Crítica”. Após uma leitura minuciosa, seguindo o objetivo desta investigação, observou-se que seis pesquisas discutem a interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental à luz da Educação Ambiental Crítica. Destarte, apesar do número baixo de trabalhos, há de se considerar que estas pesquisas consistem em uma forma de resistência e engajamento sociopolítico, buscando um diálogo de saberes para os enfrentamentos das problemáticas emergentes e que contemplam o (con)viver social.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; Interculturalidade; Justiça ambiental; Racismo ambiental; Diálogo de saberes.

## ABSTRACT

Critical Environmental Education (CEA) allows for a critical dialogue with issues that permeate the socio-environmental environment, strengthening the premises of critical training today. Interculturality, racism, and environmental justice are themes that require debate, seeking to break with the current hegemonic logic, through debate and exchange of knowledge. In view of this, this study aims to analyze the research presented at the Environmental Education Research Meeting (EPEA), from 2001 to 2023, which discusses interculturality, racism, and environmental justice, presenting articulation with Critical Environmental Education, aiming to (re)think emerging issues that require debate. This research, of a qualitative nature, is based on a state-of-the-art survey mapping a total of 999 works present in the EPEA minutes. Of this total, 99 have the term “Critical Environmental Education” in the title and/or keywords. After a thorough reading, following the objective of this investigation, it was observed that six studies discuss interculturality, racism and environmental justice in the light of Critical Environmental Education. Thus, despite the low number of works, it must be considered that these studies consist of a form of resistance and sociopolitical engagement, seeking a dialogue of knowledge to confront emerging problems that contemplate social (co)existence.

**Keywords:** Critical Environmental Education. Interculturality; Environmental justice; Environmental racism; Dialogue of knowledge.

## RESUMEN

La Educación Ambiental Crítica (EAC) permite un diálogo crítico con las problemáticas que permean el entorno socioambiental, fortaleciendo las premisas de la formación crítica actual. La interculturalidad, el racismo y la justicia ambiental son temas que requieren debate, buscando romper con la lógica hegemónica actual, mediante el debate y el intercambio de conocimientos. En vista de esto, este estudio busca analizar las investigaciones presentadas en la Reunión de Investigación en



Educación Ambiental (EPEA), de 2001 a 2023, que abordan la interculturalidad, el racismo y la justicia ambiental, presentándose en articulación con la Educación Ambiental Crítica, con el objetivo de (re)pensar problemáticas emergentes que requieren debate. Esta investigación, de naturaleza cualitativa, se basa en una encuesta de vanguardia que mapea un total de 999 trabajos presentes en las actas de la EPEA. De este total, 99 incluyen el término “Educación Ambiental Crítica” en el título y/o palabras clave. Tras una lectura exhaustiva, siguiendo el objetivo de esta investigación, se observó que seis estudios abordan la interculturalidad, el racismo y la justicia ambiental desde la perspectiva de la Educación Ambiental Crítica. Así, a pesar del bajo número de trabajos, se debe considerar que estos estudios consisten en una forma de resistencia y compromiso sociopolítico, buscando un diálogo de saberes para enfrentar problemas emergentes que contemplan la (co)existencia social.

**Palabras clave:** Educación Ambiental Crítica. Interculturalidad; Justicia ambiental; Racismo ambiental; Diálogo de saberes.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental Crítica se apresenta como uma forma de romper com a lógica dominante vigente, munindo a sociedade de conhecimento acerca das questões socioambientais, políticas, econômicas, culturais, educacionais, científicas e tecnológicas. Nesse contexto, há de se considerar a pluralidade de temáticas que carecem de estudos e debates, sinalizando a pertinência de questionar e buscar soluções aos problemas emergentes.

A interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental são exemplos de temáticas que precisam de constantes discussões, haja vista as tentativas de exclusão de saberes, desvalorização da pessoa humana pela pessoa humana, luta pelo território, zona de sacrifício e tantas outras desigualdades que existem na atualidade. Nesse ínterim, a Educação Ambiental Crítica, sendo uma ação educativa, busca fortalecer as inter-relações entre homem e natureza, em um sentido contra hegemônico, visando a garantia e assecuridade dos direitos, por meio de práticas e ações que visem qualidade de vida e bem-estar a todos.



É nesse contexto de promover uma cultura de participação social e olhar interdisciplinar as questões contemporâneas, com vistas a uma tomada de decisão, que esta pesquisa se desenvolve, reconhecendo a Educação Ambiental Crítica como uma forma de exercer a cidadania e fortalecer o diálogo entre os grupos, rompendo com a lógica de desenvolvimento vigente. Sabe-se que o Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), desde 2001, de forma bianual, vem se constituindo um espaço de trocas de conhecimentos entre professores, estudantes e pesquisadores acerca da Educação Ambiental, reafirmando seu compromisso social, político e ético. À vista disso, temáticas, como por exemplo, interculturalidade, racismo e justiça ambiental se apresentam de grande relevância, especialmente devido as tentativas de silenciamentos e a luta constante por igualdade e bem-estar de todos. Sabe-se que há uma diversidade de saberes, identidades e culturas e que estes, por vezes, são excluídos e/ou marginalizados pela ótica capitalista e hegemônica de desenvolvimento.

A partir desta exposição, visando o compartilhamento de novos conhecimentos, incumbe explicitar que este estudo tem o objetivo de analisar as pesquisas presentes no EPEA, de 2001 até 2023, que discutem a interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental, apresentando articulação com a Educação Ambiental Crítica, visando um (re)pensar as questões emergentes e que carecem de debates.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pensar na Educação Ambiental deve ir além de uma visão ingênua, reducionista, descontextualizada e que pouco discute as múltiplas relações entre ser humano, cultura, ciência, política, economia e natureza. Sendo assim, “[...] a partir da década de 1990, educadores ambientais que apresentavam um olhar mais crítico propuseram a efetivação da EAC” (Arrais; Bizerril, 2020, p. 7).



A ideia de Educação Ambiental Crítica surge com a intencionalidade de reconhecer e reafirmar o campo da Educação Ambiental, fortalecendo algumas prerrogativas que deveriam estar explícitas, entretanto, passam despercebidas, ou ainda, abordadas de forma genérica naturalista ou fora de contexto (Loureiro, 2006; Guimarães, 2011). Vale expor que “a Educação Ambiental Crítica (EAC), no âmbito brasileiro, emergiu como uma espécie de releitura da EA que era vista como comportamentalista, tecnicista ou com alternativas meramente biologizantes e instrumentalistas” (Arrais; Bizerril, 2020, p. 7). A criticidade desta ação educativa instrui os cidadãos a serem ativos, tendo vez e voz na tomada de decisão dos assuntos que inserem a sociedade, a natureza e suas variáveis.

Em se tratando do contexto brasileiro, Tozoni-Reis (2019) comenta sobre o silenciamento das Políticas Públicas, a “desproteção” e agravamento dos problemas socioambientais, as tragédias anunciadas e “[...] o vandalismo econômico do modo de produção capitalista que atinge todas as dimensões de nossa vida, nos sufocando e oprimindo com todos os seus tentáculos” (Tozoni-Reis, 2019, p. 4). Estas situações acabam evidenciando a importância de discutir a Educação Ambiental Crítica, buscando tomada de decisão, cultura de participação e assecuridade de direitos, a partir de Políticas Públicas condizentes com as realidades.

É neste cenário de silenciamentos, retrocessos e visão conservadora que Loureiro (2019, p. 94) comenta que “vivemos em um país, tomando como marco o ano de 2019, cujas forças sociais dominantes buscam remodelar o sistema educacional para a reprodução de uma sociabilidade moralmente conservadora e economicamente liberal”. Tozoni-Reis (2019) acrescenta que, em 2019, estes enfraquecimentos se tornaram mais visíveis, principalmente quando se busca aprofundar a secundarização da proteção ambiental, substituir, silenciar, ou ainda, excluir Políticas Públicas já construídas e reconhecidas.



Temáticas como interculturalidade, conflitos socioambientais, racismo, justiça ambiental, territorialidade, zona de sacrifício, entre outras, evidenciam a diversidade de problemáticas que carecem de discussões, visando um (re)pensar a hegemonia capitalista vigente. Walsh (2005, p. 4) entende que a interculturalidade “[...] significa ‘entre culturas’, mas não simplesmente um contato entre culturas, e sim um intercambio que se estabelece em termos equitativos, em condições de igualdade”. Costa (2009) entende que o racismo ambiental consiste na desvalorização e discriminação de grupos considerados hegemônicos em relação a grupos “não hegemônicos”, gerando conflitos, luta pelo território, justiça ambiental e situações de resistência.

Neste caminho de lutas e movimentos sociais, a Educação Ambiental Crítica vem ganhando espaços e reconhecimentos, oportunizando novas inquietações e respostas, com vistas a construir uma sociedade que saiba argumentar, questionar e tomar decisões. Nas palavras de Lopes e Loureiro (2022, p. 51), “a educação ambiental crítica vem se consolidando dentro do campo e, ao mesmo tempo, se diferenciando internamente nos seus referenciais teóricos”.

É na perspectiva de formação interdisciplinar, integradora e reflexiva, com potencial de mudanças, que a Educação Ambiental Crítica permite discussões acerca da má distribuição de riquezas, saúde, fome, degradação ambiental, crise política, falta de investimentos, infraestrutura e o silenciamento de Políticas Públicas (Silveira; Lorenzetti, 2021). Estas e outras temáticas se manifestam quando se busca formar sujeitos atuantes e encorajados com os problemas civilizatórios, baseando-se em conhecimentos interdisciplinares, diálogos e participação social, indo além de um olhar biologizante, ingênuo e descontextualizado.

Em se tratando de concepções e tendências de Educação Ambiental, Layrargues e Lima (2014) sinalizam que existem três macrotendências como modelos Políticos-Pedagógicos para a Educação Ambiental brasileira, sendo elas: conservacionista, pragmática e crítica. De modo geral, a macrotendência



conservacionista “são representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais” (Layrargues; Lima, 2014, p. 30). A macrotendência pragmática, por sua vez, surgiu do estilo de produção Pós II Guerra Mundial e agiu como um método para corrigir as imperfeições oriundas do sistema de produção da época, baseando-se fortemente no consumismo. A macrotendência crítica articula sociedade, natureza, ambiente e os problemas presentes em diferentes *lócus* sociais, instigando um pensar crítico sobre estas relações e as possibilidades de transformação e melhoria na qualidade de vida. Sendo assim, pode-se dizer que:

A macrotendência crítica, por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apóia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental (Layrargues; Lima, 2014, p. 33).

É neste caminho de descasos, opressões e intencionalidades que a Educação Ambiental Crítica precisa se fortalecer, mostrando o seu papel enquanto ação educativa, capaz de contribuir com a qualidade de vida da população, possibilitando uma atuação reflexiva, crítica e coletiva em prol da garantia de direitos e responsabilidade social. Silva, Santos e Loureiro (2021, p. 215) explicitam que:

no Brasil, em virtude dos interesses e usos atribuídos nos diversos territórios e dos conflitos socioambientais, os órgãos gestores nas esferas federal, estadual e municipal têm encontrado inúmeras dificuldades para a gestão ambiental de modo que garanta a conservação dos recursos naturais.

De igual modo, há de se considerar outros problemas como a falta de saneamento básico, fome, saúde, exclusão social, marginalização e injustiça social, racismo ambiental, precarização da educação, desemprego, exploração do trabalho, baixos salários, entre tantos outros que assolam a sociedade e que pouco são discutidos. Pensando nestas problemáticas, expõe-se que a Educação Ambiental Crítica busca intensificar o diálogo, não apenas conhecendo os problemas



socioambientais locais, mas, sobretudo, buscando soluções, por meio do pensar coletivo e da atuação da participação popular.

A construção de uma sociedade comprometida com os problemas locais e de mundo se dá a partir do conhecimento contextualizado e dialógico, pautado em questões teóricas e metodológicas, auxiliando no processo de intervenção social. Pensando nisso, Silveira (2024) propôs a criação de oito indicadores de Educação Ambiental Crítica, a saber: a) Temática socioambiental emergente; b) Compreensão da relevância socioambiental; c) Interdisciplinaridade e diálogo crítico-educativo; d) Intervenção socioambiental com vistas a justiça ambiental; e) Conhecimento autônomo, empírico e crítico; f) Atividade intencional político-pedagógica e crítica; g) Formação para a cidadania; h) Tomada de decisão. A proposição destes indicadores visa contribuir com a discussões envolvendo a Educação Ambiental Crítica, reverberando em uma cultura de participação e intervenção social acerca dos problemas socioambientais que emergem nos mais diversos espaços da sociedade.

Layrargues e Loureiro (2013, p. 64) entendem que, em se tratando da Educação Ambiental Crítica, em síntese:

[...] busca-se pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana.

Conforme os sujeitos compreendem seus direitos enquanto cidadãos, eles refletem sobre as ações antrópicas ao meio ambiente e a alienação do capitalismo, que se encontra instaurada e silencia a sociedade. Para tanto, a Educação Ambiental Crítica “[...] seja no contexto formal ou não formal, estimula a reflexão sobre os elementos estruturantes da complexa crise socioambiental” (Martins;



Sánchez, 2020, p. 2014). Dessa forma, os sujeitos sociais percebem que os problemas socioambientais, apresentam relação com a cultura, economia, política e estas variáveis são indissociáveis das vivências em sociedade.

A Educação Ambiental Crítica consiste em uma possibilidade de formação para a cidadania, pois os sujeitos adquirem conhecimento para atuar com responsabilidade e autonomia no meio social, se tornando agentes sociais, aplicando práticas e atitudes que auxiliam no desenvolvimento local, mitigando casos de alienação. Silveira e Lorenzetti (2021, p. 13) comentam que “[...] a EAC acaba culminando em transformações sociais, potencializando práticas e interações benéficas entre homem e natureza. Isso configura a formação de um sujeito crítico para a atuação na sociedade”. Carvalho (2012, p. 158) acrescenta que “[...] esse processo educativo crítico tem raízes nos ideais emancipatórios da educação popular, a qual rompe com uma visão de educação determinante da difusão e do repasse de conhecimentos [...]”, ou seja, os indivíduos passam a dialogar uns com os outros, desenvolvem ações embasadas na reflexão e assumem a função de agentes de transformação.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa apresenta abordagem metodológica qualitativa, pautada nos estudos de Chizzotti (2003). De acordo com o autor, as pesquisas qualitativas implicam “[...] uma partilha densa com pessoas, fatos, e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (Chizzotti, 2003, p. 221). Ainda, destaca-se que este estudo é de natureza exploratória, por meio de uma pesquisa de estado da arte. As pesquisas denominadas de estado da arte visam mapear, em um marco temporal, uma certa quantidade da produção acadêmica, sinalizando tendências, pressupostos e movimentos de um determinado campo ou



área do conhecimento. Acerca desta pesquisa, ocorreu um mapeamento de trabalhos que discutem a Educação Ambiental Crítica nas atas do EPEA, de 2001 até 2023. Como critério de seleção, optou-se em mapear, *a priori*, as pesquisas que apresentam no título e/ou palavras-chave os termos “Educação Ambiental Crítica”.

À vista deste mapeamento inicial, de um total de 999 trabalhos publicizados, 99 apresentam no título e/ou palavras-chave os termos “Educação Ambiental Crítica”. No entanto, o objetivo deste trabalho era analisar as pesquisas presentes no EPEA, de 2001 até 2023, que discutem a interculturalidade, racismo e a justiça ambiental e apresentam articulação com a Educação Ambiental Crítica, visando um (re)pensar as questões emergentes e que carecem de debates. Nesse sentido, após uma leitura cuidadosa das pesquisas, seis trabalhos foram selecionados para a análise e discussão, tendo em vista o objetivo desta investigação. A seguir, consta a relação dos trabalhos mapeados.

**Quadro 1** - Trabalhos mapeados no EPEA sobre racismo, justiça ambiental e interculturalidade à luz da Educação Ambiental Crítica

Ano	Autor(es)	Título	Objetivo(s)
2009	COSTA, L. M da.	Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a Educação Ambiental Crítica em unidades de conservação	“Esclarecer o que é racismo ambiental e como que ele se articula como territorialidade e conservação da natureza, dando contribuições para a Educação Ambiental Crítica desenvolvida em áreas protegidas” (Costa, 2009, p. 1).
2015	BARROZO, L. A.; SÁNCHEZ, C.	Educação Ambiental Crítica, interculturalidade e justiça ambiental entrelaçando possibilidades	“Contribuir para que o diálogo intercultural e a justiça ambiental se fortaleçam no campo da Educação Ambiental Crítica. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico que relacionou as origens do racismo, do pensamento ambiental conservador e do racismo ambiental à matriz da



			modernidade, da colonialidade e do modelo capitalista de desenvolvimento” (Barrozo; Sánchez, 2015, p. 1).
2015	COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. B.	Interculturalidade, exclusão e libertação em Paulo Freire na leitura de Enrique Dussel: aproximações para a pesquisa em Educação Ambiental Crítica	“Compreender a proposta educativa de Paulo Freire à luz da leitura de Enrique Dussel acerca da realidade latino-americana” (Costa; Loureiro, 2015, p. 1).
2015	JESUS JUNIOR, C. L.	Livres e punidos - cinema, memória e racismo ambiental: implicações para a Educação Ambiental Crítica	“Este artigo abordará duas questões que envolvem o processo de investigação, ligadas ao Racismo Ambiental, e que terão como metodologia o processo já iniciado nestas oficinas: 1) Como a produção de memória presente através do audiovisual colabora para a reflexão dos moradores sobre sua situação; 2) Como o imaginário das crianças do povoado, através de filmes de animação viabilizará uma Educação Ambiental Crítica?” (Jesus Junior, 2015, p. 1).
2017	SOUZA, V. M. de; LOUREIRO, C. F. B.	Povos tradicionais caiçaras e a demanda pela educação escolar: aproximações com a Educação Ambiental Crítica	“Discutir a relação entre a educação demandada pelos povos caiçaras com a Educação Ambiental (EA) crítica” (Souza; Loureiro, 2017, p. 2).
2023	BRANDÃO, C. M.; LIMA, M. J. G. S. de.	A favela é o quintal onde jogam os lixos: cinema, literatura, educação e injustiça Ambiental	“Explorar as obras que empregamos como recursos pedagógicos em seu riquíssimo potencial de diálogo com a EA crítica e com conceitos teóricos fundamentais e urgentes da Ecologia Política, sobretudo em



			ambientes escolares periféricos” (Brandão; Lima, 2023, p. 1236).
--	--	--	---

Fonte: Os autores (2024).

Como forma de análise dos trabalhos mapeados, optou-se pela Análise Textual Discursiva (ATD). No entanto, devido ao quantitativo baixo de trabalhos, não foram criadas categorias, mas sim, uma discussão das pesquisas. Sobre a ATD Medeiros e Amorim (2017) entendem que consiste em uma abordagem de análise que transita entre a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso, por isso o nome se dá Análise Textual Discursiva. Definindo a Análise Textual Discursiva, Moraes e Galiazzi (2006, p. 118) comentam que:

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador.

Na visão de Moraes (2003, p. 192), a ATD se desenvolve por três elementos, constituindo-se a “desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada”. De forma explicativa, a unitarização consiste na interpretação e isolamento de ideias sobre a temática investigada (Moraes, 2003). Medeiros e Amorim (2017, p. 256) comentam que “o processo de unitarização apresenta insegurança ao investigador, principalmente, no instante inicial. Somente o envolvimento profundo deste com os dados possibilitará superar esta insegurança”.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já apresentado na metodologia, devido ao número baixo de trabalhos encontrados (seis), não foram criadas categorias. O trabalho de Costa (2009), por



exemplo, discute a territorialidade e o racismo ambiental como forma para se pensar a Educação Ambiental Crítica em Unidades de Conservação. A pesquisa busca esclarecer o que, de fato, é o racismo ambiental e como ele se articula com a territorialidade e a conservação da natureza, proporcionando contribuições para a Educação Ambiental Crítica. Nas palavras da autora, “o racismo tem sido uma ideologia abrangente para justificar a desigualdade e a discriminação praticada contra grupos sociais minoritários e não hegemônicos” (Costa, 2009, p. 4).

A pesquisa permitiu inquietações sobre as prováveis implicações da alienação dos grupos minoritários, os quais, muitas vezes são excluídos pela lógica dominante e mercantil existente na sociedade. Para Costa (2009), o Brasil já possui alguns instrumentos legais e constitucionais, iniciativas e ferramentas pedagógicas, fruto do ativismo e empenho de ambientalistas e da Educação Ambiental Crítica, que busca questionar a lógica de desenvolvimento dominante, a exclusão social e cultural de muitos grupos. Pensando nisso, Bomfim e Piccolo (2011, p. 191) entendem que:

A principal característica de uma Educação Ambiental que se propõe crítica é: primeiro, desejar sempre obter a posição mais avançada de um debate, mais liberto possível, o que provavelmente só acontece com quem tem menos a perder e esconder. Segundo, é entender que mesmo alcançando a posição de vanguarda, ela precisa estar em revolução permanente, com uma revisão permanente da prática.

Dando seguimento as discussões envolvendo o racismo ambiental, a interculturalidade e a justiça ambiental, entrelaçando com a abordagem de uma Educação Ambiental Crítica, vale destacar a pesquisa de Barrozo e Sánchez (2015), que busca contribuir com o diálogo intercultural e a justiça ambiental na Educação Ambiental Crítica. Pensando em alguns elementos voltados ao racismo ambiental, a interculturalidade e a justiça ambiental cabe mencionar “o agronegócio, a construção de barragens e a especulação imobiliária, dentre outros fatores, têm contribuído a perpetuação do racismo ambiental e a concentração destas populações em zonas de sacrifício” (Barrozo; Sánchez, 2015, p. 2). Estas pressões



dos grupos dominantes têm como premissa básica, a dominação do ambiente para a obtenção de capital, intensificando as desigualdades, inferiorizando a cultura destas comunidades e proporcionando a exclusão social. Loureiro (2006) entende que quando se pensa em Educação Ambiental Crítica, deve-se promover uma cultura de libertação, indo contra a hegemonia vigente.

Para Barrozo e Sánchez (2015), estas temáticas precisam se aproximar das comunidades tradicionais, pois, estas comunidades irão fomentar a participação e a vivência do diálogo de saberes, sendo elementos essenciais para fortalecer a Educação Ambiental Crítica e combater o racismo ambiental. Costa e Loureiro (2015) acreditam que uma leitura crítica da realidade, acompanhada pelo respeito aos povos originários e tradicionais, suas culturas, costumes, crenças, firmando o diálogo de saberes, vise o enfrentamento ao projeto eurocêntrico, permitindo a afirmação da identidade destes povos.

Jesus Junior (2015), ao discutir o racismo ambiental, apresentam a escola como potencialidade para um diálogo crítico, pois, grande parte das escolas apresentam banheiros, luz elétrica e água encanada. Contrário à isso estão muitas famílias que não apresentam estas estruturas em suas comunidades, o que evidencia um descaso com estas pessoas pelo poder público, sendo necessário ampliar as pesquisas com estes povos, visando um diálogo constante para buscar alternativas e qualidade de vida a estas famílias. Na mesma perspectiva, Brandão e Lima (2023) exploram o potencial de diálogo entre a arte, a Educação Ambiental Crítica e conceitos urgentes da Ecologia Política (injustiça ambiental, racismo ambiental, zona de sacrifício, sofrimento ambiental), sobretudo em territórios periféricos. Para as autoras, utilizar a literatura e o cinema pode ser uma forma de despertar a atenção da sociedade acerca dos problemas existentes, fortalecendo o desenvolvimento da linguagem, visando a criatividade e múltiplas interpretações sobre fatos contemporâneos.



Souza e Loureiro (2017) discutem questões envolvendo os povos tradicionais caiçaras e a demanda pela educação escolar, relacionando a educação escolar caiçara com a Educação Ambiental Crítica. A pesquisa traz partes de um estudo, pautado em análises de cunho teórico, bem como entrevistas com lideranças caiçaras. Como resultados, foi possível perceber que a educação demandada pelos caiçaras é aquela que busca a reafirmação da identidade política deste grupo e que reconhece as suas lutas pelo direito de reprodução de suas crenças, vivências e experiências. Isso permite estabelecer uma relação com a Educação Ambiental Crítica, visando diminuir as injustiças, o racismo e tantas outras problemáticas que se fazem presentes, devido a lógica de desenvolvimento e dominação.

Respeitar a cultura dos povos implica ir contra a hegemonia, pois a lógica capitalista e dominante busca silenciar, explorar e destruir o território e a cultura das comunidades. Barrozo e Sánchez (2015, p. 2) apresentam um caminho para se pensar estas temáticas, quando afirmam que:

Ao possibilitarem a construção de uma prática pedagógica democrática, solidária e pautada na leitura crítica da realidade, essas comunidades poderão se constituir como importantes espaços de participação das populações tradicionais e de vivência do diálogo de saberes, caminho para o fortalecimento da educação ambiental na direção do combate ao racismo ambiental e da construção da sustentabilidade socioambiental.

Estes trabalhos mapeados e que contemplam esta discussão sinalizam a relevância em (re)pensar a interculturalidade, o racismo e a justiça ambiental, tendo a Educação Ambiental Crítica como um propulsor de debates, visando a assecuridade dos direitos. Observa-se uma prevalência do racismo ambiental nas discussões dos trabalhos, entretanto, a interculturalidade e a justiça ambiental aparecem, muitas vezes, de forma implícita, relacionando com as lutas e resistências pela valorização das culturas locais, crenças, identidades, valores e, sobretudo, modo de vida.

O diálogo intercultural e antirracista são elementos que devem ser pensados quando se discute o racismo, a interculturalidade e a justiça ambiental. Além destas



temáticas, a territorialidade e os conflitos socioambientais são interfaces que precisam ser analisadas quando se pensa em Educação Ambiental Crítica, pois “os conflitos socioambientais sinalizam situações de injustiça social e ambiental que demandam de um posicionamento de toda a sociedade” (Barrozo; Sánchez, 2015, p. 3).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que existe uma diversidade de conhecimentos na contemporaneidade, portanto, vê-se imprescindível ampliar as discussões de temas que circundam o dia a dia dos sujeitos. O presente estudo, pautado nas atas do EPEA, de 2001 até 2023, com foco na interculturalidade, racismo e justiça ambiental à luz da Educação Ambiental Crítica sinaliza uma preocupação acerca destas temáticas, especialmente pela lógica dominante vigente, que exclui e/ou silencia determinados grupos. A partir deste estudo observou-se um quantitativo baixo de trabalhos mapeados acerca destas temáticas à luz da Educação Ambiental Crítica. Entretanto, é sabido que as pesquisas requerem critérios de inclusão e exclusão, portanto, não está sendo afirmado, nesta pesquisa, o total fidedigno de pesquisas envolvidos a interculturalidade, racismo e justiça ambiental à luz da Educação Ambiental, pois a seleção das pesquisas de Educação Ambiental Crítica – por meio dos títulos e/ou palavras-chave, deixou estudos de fora.

Entretanto, há de se considerar que estas pesquisas consistem em uma forma de resistência e engajamento sociopolítico, buscando um diálogo de saberes para os enfrentamentos destas problemáticas. A partir deste estudo, incumbe explicitar a necessidade de novas pesquisas envolvendo a diversidade sociocultural, a luta pelo território, o racismo ambiental e a interculturalidade, combatendo as desigualdades sociais por meio de conhecimento, respeitando a pluralidade de saberes existente.



## REFERÊNCIAS

ARRAIS, A. A. M.; BIZERRIL, M. X. A. A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freiriano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 145-165, jan./abr. 2020.

BARROZO, L. A.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental Crítica, interculturalidade e justiça ambiental: entrelaçando possibilidades. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8., 2015. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO – UFRRJ - UFRJ, 2015, p. 1-12.

BOMFIM, A. M. do; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. 27, p. 184-195, jul./dez. 2011.

BRANDÃO, C. M.; LIMA, M. J. G. S. de. A favela é o quintal onde jogam os lixos: cinema, literatura, educação e injustiça ambiental. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 11., 2023, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2023, p. 1233-1252.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA, L. M. A floresta sagrada da Tijuca – estudo de caso de um conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional como contribuição para a Educação Ambiental Crítica em Unidades de Conservação. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5., 2009, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2009, p. 1-13.

GUIMARÃES, M. **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. São Paulo: Papirus, 2011.

JESUS JUNIOR, C. L. Livres e punidos – cinema, memória e racismo ambiental: implicações para a Educação Ambiental Crítica. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO – UFRRJ - UFRJ, 2015, p. 1-11.



LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. B. Ecologia Política, justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

LOPES, P. A.; LOUREIRO, C. F. B. Referências e sentidos da Educação Ambiental Crítica nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 39, n. 1, p. 49-72, jan./abr. 2022.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e “teorias críticas”. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Questões ontológicas e metodológicas da Educação Ambiental Crítica no capitalismo moderno. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 79-95, 2019.

MARTINS, P.; SÁNCHEZ, C. Educação ambiental escolar: caminhos e cruzamentos rumo à Educação Ambiental Crítica. **Educazione Aperta**, Bari, n. 1, p. 201-222, 2020.

MEDEIROS, E. A.; AMORIM, G. C. C.; Análise textual discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 247-260, set./dez. 2017.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-2011, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

SILVA, M. do S. F. da; SANTOS, S. S. C. dos; LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Crítica como instrumento na análise dos conflitos socioambientais em comunidades tradicionais no litoral entre Sergipe e Bahia. **Revista GeoNorteste**, São Cristóvão, ano XXXII, n. 2, Edição Especial, p. 214-228, setembro, 2021.



SILVEIRA, D. P. da. **A proposição de indicadores de Educação Ambiental Crítica: Concepções, práticas e tendências.** 356 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e em Matemática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SILVEIRA, D. P. da; LORENZETTI, L. Estado da arte sobre a Educação Ambiental Crítica no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. **Praxis & Saber**, Colômbia, v. 12, n. 28, p. 1-15, 2021.

SOUZA, V. M. de; LOUREIRO, C. F. B. Povos tradicionais caiçaras e a demanda pela educação escolar: aproximações com a Educação Ambiental Crítica. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8., 2017, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora UFJF, 2017, p. 1-12.

WALSH, C. **La interculturalidad en la Educación.** Perú: Ministério de Educación, 2005.

